

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 37, DE 2003

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estabelecendo os limites para despesas com encargos da dívida pública interna e externa da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Autor: Dep. Rogério Silva

Relator: Dep. Eduardo Cunha

VOTO EM SEPARADO

(Do Sr. Vignatti e outros)

I – RELATÓRIO

O Projeto em comento visa alterar da Lei Complementar n.º 101, de 2000, que estabelece limites para despesas com encargos da dívida pública interna e externa da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

A proposição altera o Capítulo IV da Lei Complementar n.º 101, de forma limitar a despesa total com encargos financeiros decorrentes da dívida consolidada, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, em 15% (quinze por cento) da receita corrente líquida.

O PLP define como encargos financeiros as despesas referentes a juros, explícitos ou inferidos, taxas de abertura ou manutenção de créditos e

quaisquer outras comissões de intermediação financeira incidentes sobre a dívida pública.

A verificação do cumprimento desse limite será realizada ao final de cada quadrimestre, pelo critério de competência. Caso a despesa total exceda 90% do limite, ficam vedados ao ente que houver incorrido no excesso e enquanto este permanecer: a) contratar, repactuar ou refinanciar qualquer dívida com encargos iguais ou superiores a taxa média observada no último quadrimestre; efetivar qualquer pagamento ou reconhecer crédito de encargos, inclusive àqueles contratados com taxas flutuantes, por valor superior às taxas médias observadas no quadrimestre anterior, exceto os relativos à dívida externa.

Por fim, o PLP estabelece o prazo de quatro anos para o enquadramento no limite prudencial (90% do limite total) dos entes federados ou órgãos cuja despesa total com encargos financeiros no exercício anterior ao da publicação da Lei estiver acima do limite de 15% (quinze por cento) da receita corrente líquida, eliminando o excesso à razão de, pelo menos 25% a.a.

II - VOTO

A proposta do Projeto de Lei Complementar em comento de limitar a despesa total com encargos financeiros decorrentes da dívida consolidada dos entes da Federação em 15% da Receita Corrente Líquida – RCL, carece de aplicabilidade, uma vez que o montante atualmente comprometido pelos entes encontra amparo em instrumentos contratuais realizados com os credores, que certamente exigirão o cumprimento. A lei não pode alterar ato jurídico perfeito.

A limitação proposta, contudo, poderia ser aplicada como requisito prévio a novas contratações. A esse respeito, é preciso esclarecer que o art. 52, incisos VI e VII da Constituição Federal, atribui competência ao Senado Federal para fixar limites e condições para a realização de operações de crédito dos entes federados.

Nessa linha, o Senado Federal, por proposta do Presidente da República, nos termos do art. 30 da LRF, já fixou os limites e condições para a realização de operações de crédito e estabeleceu que, para a realização de novas operações de crédito, os Estados e Municípios não poderão comprometer com amortizações, juros e demais encargos, mais de 11,5% da RCL (inciso II da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal). Os limites para o endividamento da União também foram submetidos ao Senado Federal e ainda se encontram em discussão naquela Casa.

No que se refere à vedação para efetuar pagamentos em valores superiores às taxas médias observadas no quadrimestre anterior, com repactuação do excesso para pagamento apenas quando restabelecido o limite, também se entende que a proposição fere ato jurídico perfeito. A quebra de contratos não encontraria guarida nos meios jurídicos e proporcionaria consequências negativas à segurança dos atos jurídicos e à credibilidade econômica.

As operações de crédito têm como fundamento principal a recomposição do fluxo de caixa do governo federal. Dado a diversidade de variáveis que influenciam o momento da contratação, as condições de pagamento e o montante das operações supramencionadas, não é possível apresentar *ex-ante* o volume e a origem dos recursos necessários ao seu

pagamento, até porque alguns destes contratos estão vinculados a variáveis não controladas pelo governo federal ou por qualquer outro agente econômico individual.

Deve ainda ser considerado que o princípio da responsabilidade fiscal aponta para a necessidade de manutenção da dívida pública a níveis prudentes, o que sinaliza para uma relação compatível entre dívida/arrecadação tributária dos entes federados subnacionais e dívida/PIB do conjunto da economia nacional. Desta forma, espera-se evitar que desequilíbrios destes indicadores possam provocar efeitos negativos sobre os demais agregados macroeconômicos, dentre os quais destacam-se os níveis de atividade e emprego.

Para alcançar um patamar compatível com o grau de prudência desejado para a dívida pública, já existem regras disciplinadoras da gestão fiscal que estabelecem limites para a contratação de operações de crédito.

A fixação de um percentual da receita corrente líquida como limite para as despesas com pagamento de serviços da dívida não é uma medida compatível com as boas práticas de gestão fiscal e com o respeito aos contratos exigidos em um estado democrático de direito. A adoção desta regra poderia conduzir a uma situação de inadimplência parcial do pagamento da dívida pública. Este comportamento produz efeitos negativos sobre a reputação do governo brasileiro junto ao mercado de crédito e sobre a credibilidade governamental, o que resultaria em mudança de comportamento dos ofertantes de crédito, que diante de riscos maiores tenderiam a restringir o volume de crédito disponível para o Brasil e a aumentar as taxas de juros, o que acarretaria aumento das despesas financeiras.

A melhor política para a redução das despesas com serviços da dívida pública é a observância de regras fiscais compatíveis com o ajuste sustentável da dívida pública. A obtenção de êxito nesta tarefa contribuirá para a redução da relação dívida/PIB, gerando efeitos positivos sobre as expectativas dos agentes econômicos em relação ao país e criando condições para a redução dos prêmios de risco cobrados do Brasil e para o alongamento dos prazos de resgate dos títulos emitidos.

Em vista do exposto acima, sugerimos a rejeição do Projeto de Lei Complementar nº 37, de 2003.

Sala da Comissão, em de de 2005.

Deputado Vignatti